



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Proc nº 24/2016

Secção Criminal

Recurso Penal

Relator: António Paulo Namburete

SUMÁRIO:

Acidente de viação

Perda total do veículo

Indemnização por restauração natural

- 1- Nos acidentes de viação, o lesado pode circunscrever o recurso unicamente à questão da indemnização por perdas e danos, por força do disposto nº 2 do artigo 684º do CPC;
- 2- Em caso de perda total do veículo, a indemnização pode consistir na entrega de um veículo usado da mesma marca e modelo, mas nada impede que o lesante entregue um de diferente marca e modelo, desde que não exista no mercado, não podendo a tal opor-se o lesado, por obediência aos ditames da boa-fé;
- 3- A empresa seguradora que contratou o seguro com um dos intervenientes no acidente não pode servir de perito para a avaliação da viatura sinistrada, em virtude de sofrer dos impedimentos previstas no artigo 106º, conjugado com o artigo 104º nº 2, ambos do CPP;
- 4- Para efeitos de determinar a adequação do veículo usado como objecto de indemnização por reposição natural, torna-se necessário apresentar pelo mesmo três cotações, com base nas quais o juiz decidirá;
- 5- Ou em alternativa, a decisão sobre o montante da indemnização terá como base a peritagem realizada nos termos do disposto no artigo 15 do Regulamento a Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro.

TRIBUNAL SUPREMO	
DE L.	E BIBLIOTECA
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem:	129
Quem recebeu:	
Data:	30 / 06 / 2012 Hora: 12:42

ACÓRDÃO

I – RELATÓRIO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo

No Tribunal Superior de Recurso de Maputo, responderam em processo sumário-crime os arguidos Abdulay Juma Ali Iassine, Caetano Ussene, Nélío Nhantumbo, todos com os demais sinais de identificação que lhes respeitam constantes dos autos, por envolvimento num acidente de viação ocorrido na EN4 próximo da ponte da Maquinag, no dia 1 de Abril de 2007, cerca das 17,45, nas circunstâncias descritas no auto de fls. 2 a 3.

Para efeitos da fixação da competência do Tribunal Superior de Recurso (TSR) para o conhecimento da causa, considerou-se o facto de um dos condutores envolvidos no acidente; o cidadão de nome Caetano Ussene, ser juiz de direito de escalão provincial, que como tal goza de foro especial, competindo ao TSR o seu julgamento por força do disposto no artigo 63, alínea a), da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto - Lei da Organização Judiciária.

Submetidos a julgamento, o Tribunal deu por provado que a culpa do acidente recaía única e exclusivamente sobre o arguido Abdulay Iassine, que conduzia em contra-mão o veículo de marca Renault Kangoo, com a chapa da matrícula MMH-70-77, propriedade da *Mercury Comercial, Lda.*, provocando deste modo a colisão entre o veículo que conduzia e o conduzido por Nélío Nhantumbo, o qual se despistou e foi colidir com o veículo conduzido por Caetano Ussene.

Em consequência, foi o arguido condenado e em solidariedade com a empresa Mercury Comercial, Lda. e a seguradora Impar, SA, no seguinte:

- Pagamento às vítimas da quantia gasta em despesas hospitalares, a liquidar em execução de sentença;
- Pagamento à Nélío de Nascimento Alexandre Nhantumbo, da quantia referente aos lucros cessantes, a liquidar em execução de sentença;
- Pagamento à Beatriz Ussene, proprietária da viatura conduzida pelo co-réu Caetano Ussene, da quantia de 204.750,00Mts (duzentos e quatro mil e setecentos e cinquenta meticais);
- Pagamento da quantia de 195.250,00Mt (cento e novecentas e cinco mil, duzentos e cinquenta meticais), pelos danos morais causados às vítimas do acidente, discriminados da seguinte maneira:

Caetano Ussene: 100.000,00Mts (cem mil meticais)

Leia Bernardo Nhambi: 75.000,00Mts (setenta e cinco mil meticais)

Rafael Ianga: 1.000,00Mts (mil meticais)

Cherene Ussene: 1.000,00Mts (mil meticais)

Jorge Movane Boa: 500,00Mts (quinhentos meticais)

Lucrência Vasco Mapose: 250.00Mts (duzentos e cinquenta meticais)

Sinoia Paulo Joannis: 1.500,00Mts (mil e quinhentos meticais)

Josefina Nuvi: 2.500,00Mts (dois mil e quinhentos meticais)

Estêvão Manuel Tete: 1.500,00Mts (mil e quinhentos meticais)

Inácio José Zacarias Matuca: 1.000,00Mts (mil meticais)

Francisco Chipumbe: 1.000,00Mts (mil meticais)

Rosaria Filipe Mahumane: 10.000,00Mts (dez mil meticaís)

- Máximo de imposto de justiça pelo réu Abdulay Juma Ali Iassine e 500,00Mts (quinhentos meticaís) a ser pagos por Beatriz Ussene e 500,00Mts (quinhentos meticaís) de emolumentos a favor do defensor oficioso do sr. Nélio de Nascimento Alexandre Nhantumbo.

Não se tendo conformado com esta decisão, o arguido interpôs o presente recurso em cujas alegações remata com o seguinte quadro conclusivo:

- No que respeita à culpabilidade e aos valores de indemnização que lhe foram arbitrados pelo tribunal *a quo*, o recorrente conforma-se com a excepção da indemnização fixada a favor da Beatriz Ussene, proprietária da viatura conduzida por Caetano Ussene no montante de 204.750,00Mt (duzentos e quatro mil, setecentos e cinquenta meticaís);
- Para tanto foi condenado em solidariedade com a seguradora IMPAR, SA e a sua entidade empregadora, Mercury, Lda.;
- Após a verificação do acidente, a seguradora IMPAR realizou uma peritagem à viatura conduzida pelo Caetano Ussene, conforme documento que consta dos autos, tendo-a declarado como perda total. A mesma perícia concluiu que a viatura à data do acidente estava avaliada em 100.000,00Mt (cem mil meticaís);
- Este valor foi proposto pela IMPAR para o ressarcimento dos danos à proprietária do veículo, mas esta não se dignou sequer a responder à proposta que lhe foi apresentada;
- Ao invés, apresentou ao tribunal recorrido uma cotação de uma outra viatura da mesma marca e no entanto de um modelo completamente diferente, avaliado em 204.705,00Mts (duzentos e quatro mil, setecentos e cinquenta meticaís);
- Cotação com base na qual o tribunal decidiu arbitrar a indemnização a favor da proprietária da viatura sinistrada, ignorando o relatório dos peritos da IMPAR na parte relativa ao valor da viatura à data do sinistro;
- Nos termos do disposto no artigo 562º do CC “quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação”.
- Da leitura do dispositivo legal acima transcrito, depreende-se que a existir qualquer obrigação do recorrente de reparar os danos causados à proprietária do veículo conduzido por Caetano Ussene, a mesma seria para repor o veículo no estado em que se encontrava antes da ocorrência do sinistro;
- Entretanto, uma vez que a viatura foi declarada perda total e à data do acidente estava avaliada em 100.000,00Mt (cem mil meticaís), conforme relatório de peritagem que consta nos autos, o tribunal *a quo* na fixação do *quantum* indemnizatório pelos danos causados na viatura conduzida por Caetano Ussene, devia ter em conta tanto a disposição legal acima enunciada como o relatório de peritagem que temos vindo a citar;

- Se o tribunal *a quo* tivesse tomado em atenção a disposição legal à que nos referimos acima, e a avaliação efectuada pelos peritos sobre o valor da viatura à data do sinistro, a indemnização justa à proprietária da viatura seria fixada em 100.000,00 Mt (cem mil meticaís);
- Ademais, entre a data da aquisição do veículo por parte da proprietária até à data do sinistro, o veículo sofreu naturalmente uma depreciação que resulta do seu uso, pelo que não é justo o tribunal *a quo* vir arbitrar uma indemnização pelos danos causados naquele veículo sem ter em atenção esse aspecto;
- A ser arbitrada à proprietária do veículo conduzido por Caetano Ussene a indemnização fixada pelo tribunal *a quo*, a mesma colocar-se-ia numa situação de enriquecimento sem causa;
- Assim, considerando o disposto no artigo 562º do Código Civil e o relatório de peritagem junto aos autos, a indemnização justa que será atribuída à proprietária da viatura deve ser fixada em 100.000,00Mts (cem mil meticaís) que corresponde ao valor da viatura à data do sinistro.

Termina, requerendo que o recurso seja declarado procedente e em consequência revogada a sentença na parte relativa à indemnização fixada a favor da Beatriz Ussene, proprietária da viatura conduzida por Caetano Ussene, em virtude de não corresponder ao valor da viatura à data do acidente, e que seja fixada a indemnização no valor de 100.000,00Mt (cem mil meticaís).

Não contra-alegou a recorrida e ofendida Beatriz Ussene.

O Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto e representante do Ministério Público nesta instância, emitiu seu douto parecer de fls. 248 a 259, no sentido de que deve ser negado provimento ao recurso, porquanto a indemnização fixada pelo Tribunal recorrido afigura-se plenamente ajustada à situação e equitativa em face da factualidade apurada.

O que tudo visto, cumpre apreciar e decidir:

II - FUNDAMENTAÇÃO

Circunscreve-se o presente recurso ao segmento decisório em que o tribunal recorrido arbitrou uma indemnização a favor da proprietária da viatura sinistrada no montante de 204.750,00M.(duzentos e quatro mil, setecentos e cinquenta meticaís), valor contra o qual se insurge o recorrente, por entender que o mesmo nunca podia ser superior a 100.000,00Mts (cem mil meticaís).

Consequentemente, não iremos apreciar o acórdão proferido pela instância no seu todo, mas tão-só a parte de que se recorre, nos termos delimitados pelo recorrente por força do disposto no nº 2 do artigo 684º do Código de Processo Civil (CPC), aplicável subsidiariamente.

O tribunal recorrido, para a fixação do *quantum* indemnizatório a favor da lesada, tomou como base o facto comprovado de que o veículo foi considerado completamente perdido (vide fls. 166 e 90) e que o interesse da lesada podia ser satisfeito mediante a aquisição de um veículo usado, no caso de marca Nissan, modelo Cube cuja cotação foi obtida e

apresentada por Caetano Ussene, esposo da aqui lesada e que se mostra-se junta a fls. 91 dos autos.

Por seu turno, o recorrente, discordando da posição do Tribunal, sustenta que a indemnização deve ser fixada no aludido valor de 100.000,00Mt (cem mil meticais), com base no parecer da seguradora Impar, por sinal aqui também arguida, que na sua avaliação conclui a fls. a fls. 90 que *"devido à extensão dos danos, o valor que iria despende na reparação da viatura é superior ao valor venal da mesma, tendo sido por esse motivo considerado perda total"* e acrescenta o seguinte: *informamos que estamos na disposição de indemnizar a V.Excia o valor de 100.000,00Mt, ficando os salvados em vosso poder"*.

Delimitados nos termos expostos o objecto do recurso, verifica-se que a questão que se discute consiste em saber se o tribunal recorrido conformou-se ou não com a lei ao fixar a indemnização a favor da lesada com base na cotação trazida pelo seu marido e co-réu dos autos relativa à uma viatura usada, da mesma marca e modelo diferente.

O Código civil contempla as duas modalidades de indemnização, respectivamente nos artigos 562º e 566º, que se transcrevem para os devidos efeitos:

Artigo 562º

"Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação"

Artigo 566º

1. *A indemnização é fixada em dinheiro, sempre que a reconstituição natural não seja possível, não repare integralmente os danos ou seja excessivamente onerosa para o devedor*

Como deflui dos transcritos preceitos de lei, são dois procedimentos que podem ser utilizados para a fixação da indemnização: a reparação das coisas no estado em que estariam se não se tivesse produzido o facto danoso (v.g., concertando a coisa deteriorada); a entrega de uma quantia em dinheiro equivalente ao montante do dano (vg entregando ao credor, em dinheiro, o valor em que a coisa deteriorada diminuiu em consequência do facto danoso).

Ao primeiro destes processos chama-se *restauração* ou *reposição natural*, *restituição em espécie*, *reintegração específica*, *execução real*; ao segundo indemnização *em dinheiro* ou *por equivalente*.

O objectivo precípua da indemnização é colocar o credor na situação em que estaria, se não se tivesse produzido o acontecimento causador do dano, isto é fazer desaparecer a *diferença* entre a situação do credor, tal como se apresenta em consequência do facto danoso, e a que existiria sem esse facto.

Consagra-se assim como meio perfeito de indemnizar os danos o princípio da reposição ou restauração natural, visto que a indemnização se destina a colocar o credor na situação em que estaria se não tivesse tido lugar o acontecimento causador do dano.

A indemnização em dinheiro não assegura ao credor senão uma reparação imperfeita do dano. A reposição natural é, ou deve ser, considerado o meio ordinário pelo qual o devedor repara o dano causado ao credor.

A reposição natural não supõe necessariamente que as coisas são repostas com exactidão na situação anterior: é suficiente que se dê a reposição de um estado que tenha para o credor valor igual e natureza igual ao que existia antes do acontecimento que causou o dano. Com isso, fica satisfeito o seu interesse. É assim que, se o devedor deve coisas fungíveis, nada obsta a que preste outras de igual espécie¹.

Para o caso que se debate nos autos, o tribunal da causa optou claramente pela reposição natural, que consistiu na compra de um veículo usado, da mesma marca embora de modelo diferente, mas contestada pelo recorrente, quer por ser de modelo diferente do veículo acidentado, quer por o respectivo preço situar-se para além do valor da avaliação realizada pela sua seguradora.

Eis, pois, o leque problemático suscitado pela decisão recorrida e que importa apreciar e decidir, com vista a determinar de que forma se concretiza a reposição natural nos casos em que devido à destruição total do objecto ou bem sobre que incide a indemnização, esta consiste na aquisição de um objecto usado.

Recorde-se que o tribunal recorrido decidiu atribuir à lesada uma viatura também usada, posto que de modelo diferente, tendo como base uma única cotação que foi apresentada pelo seu esposo, o que desde logo coloca fora de discussão a reposição natural mediante a aquisição de um veículo novo da mesma marca e modelo, ou a atribuição da quantia necessária para comprá-lo, na medida em que se mostra pouco equitativo e abre caminho para uma situação de enriquecimento sem causa por parte da pessoa lesada, já que o seu património lucra graças ao dano, com a diferença entre o valor do veículo novo e velho.

É certo, porém, que nesta hipótese existiria sempre a possibilidade de descontar-se do valor do veículo novo, o valor que o veículo usado tinha antes do acidente, mas uma tal solução comporta os inconvenientes conhecidos de ter de obrigar o lesado, quiçá sem meios financeiros, a suportar uma despesa tão avultada, que não previa e nem seria razoável que na condição de lesado fosse obrigado a aceitar a entrega de uma viatura nova, posto que em contrapartida do desembolso do valor da diferença, tendo para tanto de empreender esforços manifestamente superiores às suas capacidades económicas para conseguir obter os fundos necessários para tal fim.

Resta então a opção pela reposição mediante a entrega da coisa usada, no caso de um veículo usado, tal como decidiu o tribunal recorrido, mas também aqui haverá que averiguar-se de que forma se poderá conciliar os interesses controvertidos: de um lado, o do lesado de obter um ressarcimento justo e equitativo pelos danos sofridos; de outro, o autor da lesão para quem resulta injusto ter de suportar uma indemnização excessivamente onerosa e portanto contrária aos princípios da boa-fé.

¹ Neste sentido Prof. Adriano Paes da Silva Vaz Serra - Obrigação de Indemnização - Estudos, em preparação do projecto de Código Civil, in Boletim do Ministério da Justiça, nº 84 - 1959, pág. 132

A doutrina civilista admite de modo geral o princípio de que, se for de prestar indemnização pela perda de uma coisa usada, tem em regra, no cálculo da indemnização, de partir-se do valor de uso que a coisa tinha para o lesado. Ele tem, pois, de ser colocado na situação de reobter uma tal coisa, para de novo poder ter o gozo das vantagens do uso. O preço da reobtenção, que tem, pois, em princípio, de lhe ser dado, é, porém, só o de uma coisa correspondentemente usada. Na solução do problema, tem de atender-se à equidade segundo a boa-fé².

Partindo destas premissas, o passo que se segue consiste em cotejar as soluções adoptadas pelo Tribunal recorrido e a proposta pelo recorrente, com vista a saber qual delas cumpre os objectivos acima apontados, de garantir a satisfação integral do interesse da lesada, sem no entanto impor ao lesante maiores e injustificados sacrifícios de ordem patrimonial.

Assim e desde logo, não nos parece de aceitar a solução preconizada pelo recorrente no sentido de se atribuir à lesada uma indemnização no valor de 100.000,00Mt (cem mil meticais), pois aos preços actuais dos veículos usados, dificilmente poderia ela obter um veículo nas condições daquele que foi destruído.

Consequentemente, trata-se de valor manifestamente insuficiente para dar guarida ao interesse da lesada.

Na verdade, a quem outrem destrói ou priva de uma coisa pode não ter apenas um prejuízo igual ao valor dessa coisa, pois pode ter que adquirir outra, para substituir aquela; e, portanto, uma indemnização equivalente ao valor do objecto usado, perdido, não seria bastante para reparação do dano, visto que teria ainda o lesado que desembolsar o que faltasse para perfazer o preço do objecto novo.

Há, pois, que atender, não à coisa destruída, perdida ou danificada isoladamente, mas ao prejuízo que, no conjunto do património do credor, o facto danoso determinar. A diferença entre o valor do património do credor antes e depois desse facto, chama-se ordinariamente *interesse (id quod interest)*, e é este que deve dirigir-se, pelo menos em regra, a indemnização³.

Refira-se a propósito que a entidade que realizou a peritagem é a seguradora Impar, por sinal aqui também arguida em solidariedade com o arguido dos autos a favor da qual transferiu a sua responsabilidade civil pelo contrato de seguro.

Logo, tendo interesse directo na causa, a mencionada empresa seguradora sofre de impedimento para servir de perito, por força do disposto no artigo 106º, conjugado com o artigo 104º nº 2, ambos do CPP, pelo que é desde já de declarar inválida e sem qualquer valor para todos os efeitos tal peritagem.

Pode colocar-se a questão, tal como o faz o recorrente, de saber se na reposição natural mediante a aquisição de um veículo usado, este terá necessariamente de ser da mesma marca

² Vide Vaz Serra que cita Larenz em anotações na *Op. e loc. cit.* pág. 135

³ *Ibidem* na *op. e loc. cit.* pág. 136

e modelo, ou bastará que o veículo, qualquer que seja, tenha valor de uso para o lesado e o coloque na situação em que estaria antes do acidente.

Questão cuja pertinência e melindre não são despiciendas, tendo em conta as dificuldades que podem surgir na prática, se a exigência for da aquisição de um veículo usado, da mesma marca e modelo, e pior ainda se for ao ponto de exigir um veículo com o mesmo período de uso, a mesma quilometragem, o ano de fabrico, etc.

Se este tipo de exigências pode ser satisfeito sem grande esforço, quando se trate de veículo novo que tem de ser adquirido na fábrica ou na empresa distribuidora, já o mesmo não se poderá dizer para o caso de veículos usados e de marcas particularmente raras ou pouco comuns e comercializados por uma única empresa; aí compreensivelmente já podemos deparar com a dificuldade de adquirir um veículo usado para substituir o sinistrado.

Nestas circunstâncias, o princípio da boa-fé, como norma de conduta dirigida aos sujeitos de uma relação de natureza obrigacional ou extraobrigacional, aponta no sentido de que a pessoa obrigada à indemnização poderá entregar uma viatura de outra marca, ou da mesma marca e modelo diferente, e o lesado ou credor da indemnização, por sua vez, deverá contentar-se e aceitar o veículo que lhe for oferecido nestas condições.

Diferentemente se passam as coisas quando são várias empresas que se dedicam à comercialização de veículos da mesma marca, aí sim, já se justifica que a escolha do veículo usado para efeitos de reposição do destruído recaia sobre um da mesma marca e modelo.

Quanto à cotação apresentada pela lesada e na qual se baseou o tribunal recorrido para fixar o *quantum* indemnizatório, também não resiste à crítica, não só pelo facto de a mesma ter sido obtida pelo próprio interessado, como também por ser única, sendo certo que em casos desta natureza e com vista a uma melhor ponderação do julgador, exige-se pelo menos três cotações, regra e princípio estes que vigoram quanto às aquisições de bens ou serviços no Estado, que por identidade de razões deviam ser aqui aplicadas⁴.

Exceptua-se claro uma tal condição, nos casos em que existe uma única empresa que comercializa este tipo de veículos ou se prove que, apesar de existirem várias empresas, o tipo de viatura não existe no mercado e nem sequer pode ser importado do estrangeiro.

Todavia, não se fez a prova nos autos de que a apresentação de uma única cotação relativa a uma viatura da mesma marca e diferente modelo do acidentado se deveu à inexistência no mercado de viaturas com as mesmas características.

Acresce dizer que, para além desta solução, o Decreto nº 47/2005, de 22 de Novembro, que regulamenta a Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro, que introduz alterações ao Código da Estrada, no que concerne ao seguro automóvel, preconiza no artigo 15 como soluções as seguintes: a) determinação do montante dos prejuízos será feita por perito nomeado pela entidade habilitada ao exercício da actividade seguradora, b) na falta de acordo entre os interessados sobre a avaliação dos prejuízos, o segurado poderá também nomear perito c) e caso persista

⁴ (Vide artigo 90 da Lei nº 5/2016, de 8 de Março, Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços.

o desacordo entre os dois peritos, estes deverão escolher um terceiro que funcionará como árbitro.

Só depois da peritagem realizada nestes termos e condições poderá considerar-se definitivamente fixado o valor da indemnização que deve ser adoptado pelo Tribunal como quantitativo indemnizatório a atribuir à lesada no caso concreto.

Resulta das considerações antecedentes que, salvo o acordo das partes nesse sentido, a indemnização por meio de reposição natural de um veículo automóvel declarado perda total, deve ser arbitrada com base em pelo menos três cotações obtidas de diferentes fornecedores, de entre as quais o tribunal decidirá qual delas satisfaz, no concreto, os interesses em conflito, ou em alternativa, com apoio nos resultados das peritagem realizada de acordo com o artigo 15 do Regulamento da Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro, que introduz alterações ao Código da Estrada, publicado pelo Decreto nº 47/2005, de 22 de Novembro

E constatando-se que o tribunal recorrido não demonstrou objectivamente, e fora de dúvida razoável, que na decisão de atribuir à lesada o veículo usado cuja cotação se acha junta aos autos observou rigorosamente os critérios legais de que se deu notícia acima, forçoso é reconhecer que um tal vício contaminou a sentença de ilegalidade manifesta que como tal determina também e irremediavelmente a sua injustiça.

III - DECISÃO

Nestes termos e pelo exposto, os juizes da
Secção Criminal do Tribunal Supremo, de
Provisamento Parcial ao recurso, revogam a
decisão recorrida no tocante ao montante
da indemnização, cat fixado a favor da
lesada Beatriz Lessa, o qual deve
determinar-se em conformidade com as
provas e critérios estabelecidos, por seu

Máximo de Imposto.

Maputo, em 26 de Junho de 2018